

## Proposta de reforma da Previdência gera apreensão e insegurança



Evento organizado pela Apufsc abordou principais pontos da PEC que propõe alterações das regras do regime da Previdência dos trabalhadores

SINDICATO

5

Diretoria da Apufsc apresenta plano de atividades que serão desenvolvidas em 2017

JURÍDICO

6

Decisão judicial desobriga docentes a aderirem ao Funpresp para complementar a aposentadoria

CARREIRA

7

Entidades representantes da categoria apresentam pautas de reivindicações ao Governo Federal

## Se há uma estratégia é “nenhum direito a menos!”

Na guerra de informações que envolve a discussão da reforma da Previdência, cujo centro é seu suposto déficit, o agente político mais bem informado, que detém informação privilegiada e completa, é o governo - e aí está a sua vantagem diante dos trabalhadores, sindicatos, a sociedade civil. Mas com dados possíveis de serem conhecidos há análises sobre graves prejuízos que esta reforma trará e mobilizações ocorrem por todo o país.

A Apufsc-Sindical, buscando maior esclarecimento e informações, realizou no dia 14 de março o debate “Reforma da Previdência: os impactos na aposentadoria dos professores” e no dia 5 de abril, em convocação de AG, o tema foi discutido e debatido por professores. Os dois eventos ocorreram no auditório da Reitoria.

Negando uma auditoria independente para abrir as contas da Previdência, tanto pública como privada, num quadro de completa assimetria de informação, o governo só pro-

duz desconfiança e insegurança, por isso a resposta deve ser efetiva, firme, segura, dada pela posição “nenhum direito a menos”.

Não se pode esquecer que a legislação da Previdência pública já sofreu três fortes mudanças, retirando direitos e impondo novas regras extremamente desfavoráveis à categoria dos docentes das IFES. Portanto, que ninguém se engane, esta próxima e quarta modificação vai piorar - e muito - o já precário sistema de Previdência.

Após manifestações contrárias de inúmeros deputados e senadores, informados do conteúdo preliminar, o governo recuou em alguns pontos, mas é intransigente em outros, como a extensão do tempo de contribuição e idade mínima, tanto para homens como para mulheres.

É no Congresso Nacional que será decidido o que vai acontecer. Deputados e senadores devem ser acionados por sindicatos. Neste sentido, a Apufsc-Sindical enviou recentemente a Brasília um de seus diretores

para contatar políticos da bancada catarinense, encaminhando as preocupações da categoria de docentes. Ao mesmo tempo, conclamamos aos filiados que enviem suas manifestações aos legisladores.

Numa conjuntura onde a dívida pública, já gigantesca, cresce a cada dia, com a transferência de recursos públicos ao sistema financeiro, é no mundo do trabalho que governo decide intervir, retirando direitos, estendendo o tempo para a concessão de aposentadoria, entre outras medidas negativas.

A Previdência de cada um não é um prêmio, nem concessão de governo, muito menos privilégio. É o resultado de muitos anos de trabalho com contribuições pagas. Não se pode aceitar passivamente modificações na legislação que impliquem em mais prejuízos do que já tivemos, como ocorrido. A Apufsc-Sindical reafirma seu compromisso de atuar com total intransigência na defesa dos direitos em vigor. Nenhum a menos!

*Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina - Apufsc-Sindical*

## OPINIÃO

# Por que a Apufsc não organiza um debate equilibrado sobre a reforma da previdência?

Por MARCELO CARVALHO - Professor do Departamento de Matemática

A Apufsc tem tratado a reforma da previdência de forma assimétrica dando espaço quase que exclusivo para os que se opõem a reforma. Por que? É preciso um debate franco e honesto sobre a reforma, algo que aborde sua necessidade e conseqüências. Isso sequer foi abordado no dito “encontro sobre a previdência” organizado pela Apufsc e que reuniu apenas opositores ao tema.

Prof. Itamar em seu texto “Carta sobre o debate da “contra” reforma da Previdência à Diretoria da Apufsc e ao Conselho de Representantes” urge uma ação efetiva da Apufsc na conscientização da categoria, já nitidamente tomando partido da oposição a reforma, mas, por que isso? Quais são os argumentos sólidos que o prof. Itamar apresenta em seu texto em favor dessa mobilização contra a reforma? Vejamos.

Prof. Itamar, citando o assessor jurídico

Luiz Fernando Silva, afirma que há dados demolidores sobre o caráter superavitário da previdência. Será mesmo? Onde estão estes dados? Afinal, só com a aposentadoria dos servidores públicos tem-se um gasto de cerca de 77 bilhões de reais. Será que o eminente assessor jurídico contabilizou isso nas contas da previdência, ou será que ele usou o mesmo argumento da Anfip que alega que esses 77 bilhões do custo previdenciário dos servidores públicos não deveria entrar na conta da seguridade social, já que a previdência dos funcionários públicos são regidos por outro capítulo da Constituição Federal, que detalha o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Mas, se realmente for esse o argumento que o assessor jurídico usa, estamos diante da pergunta imediata: Se a seguridade social não arcar com o custo de 77 bilhões da previdência so-

cial dos servidores públicos, quem vai arcar? Afinal, onde estão os outros argumentos do assessor jurídico para alegar que a seguridade social é superavitária?

É exatamente para responder estes questionamentos (e muitos outros) que precisamos de um debate sobre a previdência que contemple os dois lados, um a favor e outro contra a reforma. É inadmissível, e chega a ser ofensivo a inteligência, que um sindicato de professores possa pautar um assunto tão importante dessa forma, como se todos fossem contrários a reforma.

Os argumentos apresentados contra a reforma já foram dados, para isso basta escutar a fala dos expositores no encontro contra a reforma que a Apufsc organizou. Temos que saber agora os argumentos a favor da reforma. A Apufsc está devendo uma abordagem equilibrada sobre o tema.

# Carta sobre o debate da “contra” reforma da Previdência à Diretoria da Apufsc e ao Conselho de Representantes

Por ITAMAR AGUIAR - Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política

Caros amigos, como todos sabem, na última semana, aconteceram duas importantes iniciativas na tentativa de mobilizar a categoria em torno daquilo que estamos chamando de “contra reforma” da Previdência do governo Temer, a PEC 287.

A primeira delas ocorreu no auditório da Reitoria no dia 13/03/2016, segunda-feira à noite, e contou com as conferências da professora aposentada do Serviço Social, Ana Maria Baina Cartaxo, e do assessor jurídico Luiz Fernando Silva, também membro da OAB-SC.

Cartaxo fez um histórico da importância da Seguridade Social no Brasil e traçou um paralelo sobre a Reforma Previdenciária brasileira no contexto latino-americano. Já o assessor jurídico embasou sua análise sobre as consequências da contra reforma da Previdência para os trabalhadores brasileiros, apresentando dados demolidores sobre o caráter superavitário, contrariando a propaganda governamental.

Na terça, dia 14/03 à tarde, no mesmo auditório da Reitoria, aconteceu o debate intitulado “Reforma da Previdência, os impactos na aposentadoria dos professores”, promovido pela APUFSC e transmitido pela Internet e pelo YouTube, com as presenças do economista e supervisor técnico do DIEESE/SC, José Álvaro Cardoso, do presidente do Proifes/Federação e professor da UFRGS, Eduardo Rolim, e do assessor jurídico da Apufsc, o advogado Pedro Pita Machado.

José Álvaro contextualizou o debate da reforma da previdência no âmbito dos interesses econômicos, vinculando a reforma da previdência à amortização da dívida pública, da entrega da reserva do pré-sal e de nossas riquezas ambientais, a exemplo da Amazônia, caracterizando o efeito da reforma no âmbito do governo Temer como um “golpe sem tanques”.

O presidente da entidade educacional apresentou de maneira rica a complexidade da reforma da previdência para o funcionalismo público, inclusive, demonstrando de maneira cabal como ao longo do tempo viemos perdendo nossos direitos de forma peremptória, se posicionando radicalmente contra a refor-

ma, e em périplo pelo Brasil para mobilizar os docentes das universidades.

E o advogado Pita Machado, numa exposição brilhante, de forma simples, conseguiu deixar claro um assunto difícil, esclarecendo os pontos mais complicados da reforma, utilizando-se de uma metáfora bíblica que já caiu no gosto do “povo”. Ou seja, tornou palatável para nós leigos a profundidade do assunto, mostrando de maneira transparente para a audiência, que ninguém escapa da reforma e que ela esconde elementos demoníacos, naquela que está sendo considerada pela mídia brasileira como a mais dura reforma previdenciária já feita no Planeta, e considerada por muitos como “uma reforma criminoso”.

Portanto, após essa primeira rodada de discussões, fica um saldo positivo pela iniciativa. Mas precisamos avançar. Sabemos que o caminho é longo e árduo.

Tanto numa discussão como noutra, os temas tratados foram os mesmos e as conclusões também foram às mesmas. (Inclusive, em termos de público, com o diferencial que a APUFSC transmitiu as palestras em tempo real). Isto é, a reforma da previdência proposta pelo governo é inegociável. Não há nela nenhum ponto a nosso favor e todos nós perdemos com ela, seja trabalhador do serviço público ou da iniciativa privada, aposentados e pensionistas e trabalhador rural.

Engana-se, quem acha que somente os “novos” não se interessam pelo tema. Os professores com mais tempo de casa também tem lá suas dificuldades, devido à complexidade do assunto e a (des) informação da mídia. Rápida pesquisa pelo campus da UFSC mostra que o professor não lê os boletins e os jornais que abarrotam o seu escaninho. As causas são velhas conhecidas, produtivismo acadêmico, projetos de pesquisa, aulas, administração, etc.

Os “novos” argumentam que “estão bem na foto”, bons salários e não há motivo para se preocupar agora com a aposentadoria. Mal eles sabem que se não se mobilizarem agora, ao final da carreira, terão no futuro muito pouco o que comemorar. Hoje, as

perdas já são bastante significativas e ainda tem o fundo de pensão. Portanto, temos que chegar nesse professor também e mobilizá-lo para a luta e para as manifestações de rua que virão, assim como os demais professores.

Portanto, como saldo dessas discussões, algumas sugestões estão sendo pensadas, visando à mobilização e conscientização da categoria:

- Debate por unidade de ensino, por centros da UFSC, com a participação da Apufsc;

- Carta para cada docente a fim de informá-lo sobre sua situação quanto à perda de seus direitos por faixa de ingresso na UFSC (dirigida especialmente aos novos docentes, que compõem a 3ª e 4ª Geração), com intuito de conscientizá-lo da sua situação funcional, e motivá-lo à participação; pesquisa a ser feita com o apoio de nossa assessoria jurídica, junto ao departamento de pessoal da UFSC;

- Ação junto ao Parlamento, que inclui desde Câmaras de Vereadores (da capital, e principalmente do interior para envolver os Campi), ALESC e Congresso Nacional;

- Documento da Apufsc ou boletim exclusivo sobre a temática dirigido especialmente aos campi, considerando a existência de novos docentes recém-contratados, ligados aos novos cursos igualmente recém-criados;

- Matéria paga na Imprensa e amplo investimento em divulgação através de cartilhas de conscientização, distribuição de panfletos e peças gráficas visuais, com spots gravados nas rádios;

- Realização de uma Assembleia Geral com único tema: “Reforma ou Contra Reforma da Previdência”; a fim de retirarmos uma pauta de lutas em torno do assunto.

- Gravação de um programa ou pedido de uma entrevista na TV pública da UFSC, a nossa TV UFSC, além da Rádio Ponto do curso de Jornalismo da UFSC.

- Além da produção de textos e/ou artigos de divulgação direcionados à imprensa e a comunidade interna e externa da UFSC, a partir da elaboração de material jornalístico de nossa assessoria de imprensa. \*\*

# Especialistas afirmam que proposta da reforma da Previdência prejudica trabalhadores

A proposta de reforma da Previdência foi tema de encontro promovido pela Apufsc-Sindical no dia 14 de março. O evento, realizado no auditório da Reitoria da UFSC, reuniu especialistas no assunto, que abordaram as consequências na aposentadoria dos professores, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 seja aprovada pelo Congresso Nacional. A PEC promove profundas mudanças no sistema previdenciário brasileiro, seja para os integrantes do Regime Geral ou para o regime dos servidores públicos, atingindo os três pilares da previdência social: idade, tempo de contribuição e valor dos benefícios. Participaram como palestrantes o economista e supervisor do Dieese em Santa Catarina, José Álvaro Cardoso; o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim; e o advogado e assessor jurídico da Apufsc, Pedro Pita Machado.

Para Cardoso, o governo quer aprovar uma medida que prejudica metade da sociedade brasileira, sem nenhum debate com os atingidos pela proposta. “A PEC representa mudança ampla e profunda da Previdência Pública no Brasil. Ampla porque impacta todos os tipos de benefícios e os dois regimes previdenciários públicos. Profunda porque reduz substancialmente o valor dos benefícios e retarda o início do período de gozo do benefício”.

O principal argumento do governo para a reforma da Previdência é o déficit. Na opinião do técnico do Dieese, o déficit da Previdência Social não existe. “A Previdência Social compõe, conforme estabelece a Constituição Federal, o sistema de Seguridade Social Brasileiro, formado pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Esse sistema é superavitário, pois, quando criado, pensou-se também em suas fontes de financiamento”, argumenta.

Durante sua apresentação, Rolim demonstrou como a PEC impacta especialmente as mulheres, os mais pobres, os professores e aqueles que vivem do salário mínimo da Previdência Social e destacou os pontos mais críticos para aprovação da reforma.

“Ela muda a regra do jogo no meio do jogo, inclusive do cálculo da aposentadoria,

quando as pessoas não tiveram o direito de se prepararem para isso. Iguala homens e mulheres em idade e tempo de contribuição; acaba com a aposentadoria especial para professores ensino básico; obriga os pobres a trabalharem mais para ganhar o mesmo salário mínimo; e jogará milhões de brasileiros mais carentes na miséria”, afirmou Rolim.


Para o assessor jurídico da Apufsc, o principal objetivo da reforma é postergar ao máximo a aposentadoria dos brasileiros. “O que está sendo proposto pela PEC é a destruição do modelo da previdência social concebido pela CF de 1988”, afirma.

Na opinião de Machado, a CF vem sendo “mutilada” nos últimos anos por congressistas que não foram eleitos para esta finalidade. “Um Congresso que foi eleito para legislar vem reescrevendo a Constituição. E pior, um Con-

gresso escandalosamente corrupto”, acusa.

O advogado tem a convicção de que a PEC é uma reforma de destruição do sistema de proteção social, além favorecer interesses de seguradoras e bancos. “Uma das modificações propostas é a abertura para que as instituições financeiras passem a operar os planos de seguridade”, denuncia, e finaliza afirmando que a PEC contém vários pontos inconstitucionais.

O vídeo do evento está disponível no site da Apufsc.

Desde a realização do encontro, o governo e o relator da matéria na comissão especial instalada na Câmara do Deputado para analisar a PEC já fizeram algumas modificações ao projeto original. O relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), apresentou o parecer à comissão no dia 19 de abril. 

## Veja alguns pontos do substitutivo

- O texto do substitutivo fixou a idade mínima de aposentadoria em 62 anos para as mulheres e em 65 anos para os homens após um período de transição de 20 anos. Ou seja, o aumento seria progressivo, começando em 53 e 55 anos, respectivamente, na data da promulgação da emenda.
- Mantém em 25 anos o tempo mínimo de contribuição para acesso aos benefícios. O benefício será igual a 70% da média de salários, o que é maior que os 51% propostos no texto original. Após 25 anos de contribuição, cada ano seria contado a mais, possibilitando a obtenção de 100% da média aos 40 anos de contribuição e não aos 49 como antes.
- O texto preliminar elimina as idades mínimas para que um trabalhador possa entrar na transição da reforma. E o pedágio, ou o tempo a mais que esse trabalhador terá que cumprir para manter parte das regras atuais, cai de 50% para 30% do tempo de contribuição que falta para a aposentadoria. Hoje, este tempo é de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.
- Prevê a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria de policiais civis. (As regras permanentes para os policiais civis serão

definidas depois da promulgação da reforma da Previdência, por meio de um projeto de lei, como ocorrerá com os policiais militares e bombeiros).

- Os trabalhadores rurais teriam idade mínima menor, de 60 anos, com 20 anos de tempo de contribuição. E a alíquota individual de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), provavelmente deverá ser de 5% sobre um salário mínimo.

- Para as pensões, o relator mantém a possibilidade de acúmulo de pensão e aposentadoria, mas com um teto de dois salários mínimos. O interessado poderia ainda optar pelo maior benefício entre os dois, caso isso seja mais vantajoso.

- Nada muda, porém, em relação ao cálculo do valor da pensão: o benefício será de 50% da aposentadoria mais 10% por dependente, mas com a volta do piso de um salário mínimo.

- No caso dos benefícios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC), o relator também mantém a vinculação com o salário mínimo, mas aumenta a idade mínima de 65 para 68 anos. A proposta original sugeria 70 anos.

# Plano de trabalho da Diretoria para 2017 é aprovado pelo Conselho de Representantes

O plano de ação da Diretoria da Apufsc para o ano de 2017 foi aprovado no Conselho de Representantes (CR) no dia 29 de março e na Assembleia Geral Ordinária do dia cinco de abril. Nele estão descritas as principais atividades que serão desenvolvidas pelo Sindicato neste ano. O projeto está dividido em compromissos permanentes e em compromissos pontuais.

Defender de maneira intransigente as conquistas e os direitos dos filiados da Apufsc é um dos principais objetivos da Diretoria. Para isso, os diretores afirmam que vão acompanhar as discussões, propor e lutar pela melhoria da carreira e dos salários dos professores do Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de lutar pela melhoria das condições de trabalho dos docentes, denunciando os riscos e os perigos do trabalho e acompanhar, junto à administração da UFSC, a política de saúde ocupacional da categoria.

O Sindicato também vai atuar, de forma permanente e eficiente, na assistência jurídica e na promoção da saúde dos professores, melhorando o atendimento aos sindicalizados, tanto de Florianópolis, como dos campi da UFSC no interior do estado. A ideia é utilizar ferramentas que aproximem a interlocução entre o jurídico e o filiado.

Em benefícios da saúde da categoria, a Apufsc vai manter os convênios já existentes, como o yoga e o Tai Chi Chuan e promover parceria com o Centro de Desportos da UFSC para promover a prática de atividades físicas aos filiados. Também pretende ampliar a oferta dos cursos de conversação em inglês e o atendimento individual e gratuito sobre o uso de celular, tablet e computador. Além disso, vai manter as atividades culturais que já são de conhecimento dos filiados, como a realização da confraternização de professores toda a última sexta-feira do mês e do coquetel dançante em comemoração ao dia do professor no mês de outubro.

Novas atividades também devem ser desenvolvidas ao longo do ano, como os cursos de noções de matemática financeira utilizando a calculadora HP-12c, de fotografia, dança

de salão e de enologia. O Sindicato também vai organizar algumas viagens. Pelo menos duas devem acontecer este ano. Uma para o Chile, com visita a vinícolas, e outra para o município de Piratuba, no oeste catarinense.

Ainda dentro dos compromissos permanentes, a Diretoria destaca que vai continuar resguardando a Apufsc de vinculação partidária e de aparelhamento ideológico e defender a universidade pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.

Sobre as ações de investimento financeiro e gestão contábil, os diretores afirmam que vão manter a reserva estratégica do Sindicato, com avaliação e racionalização dos gastos e cumprir fluxos interno de aprovação das contas, entre outras atuações.

A atualização do Estatuto e outras normas do Sindicato é destaque nas ações pontuais que serão desenvolvidas neste ano. Para isso, a primeira medida será a constituição de uma comissão para elaborar as propostas de modernização e atualização do documento, que serão apresentadas aos sindicalizados para serem aprovadas em Assembleia específica sobre o assunto. A Diretoria quer, ainda, criar e implementar o Regimento Interno da Apufsc.

Outra meta é dinamizar a comunicação e as consultas eletrônicas com os filiados para possibilitar eleições deliberativas e pesquisas on-line.

Os diretores vão traçar estratégias para ampliar a participação dos sindicalizados nas instâncias deliberativas do Sindicato e aumentar o número de membros no Conselho de Representantes (CR). O objetivo é que todos os departamentos da Universidade tenham um representante no CR. Uma campanha de filiação também deve ser desencadeada ainda neste ano. Para isso, serão realizados encontros nos departamentos e nos campi da UFSC em Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, e no campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Chapecó.

O Sindicato deve ampliar a fiscalização nos assuntos administrativos e deliberativos da UFSC, preservando sua independência e autonomia, além de discutir a possibilidade e a conveniência por um assento, com direi-

to a voz e voto no Conselho Universitário (CUUn) e acompanhar as ações e decisões da Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD).

Por fim, um assunto incômodo e que precisa ser resolvido é a definição do posicionamento da Apufsc no cenário nacional. Esta decisão será tomada com a participação de todos os filiados.

## Calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Representantes em 2017

### Abril

25/04 (terça-feira) das 16h às 18h

### Mai

31/05 (quarta-feira) das 16h às 18h

### Junho

27/06 (terça-feira) das 16h às 18h

### Agosto

23/08 (quarta-feira) das 16h às 18h

### Setembro

28/09 (quinta-feira) das 16h às 18h

### Outubro

31/10 (terça-feira) das 16h às 18h

### Novembro

29/11 (quarta-feira) das 16h às 18h

## Carro do Sindicato está disponível para venda

A Apufsc está vendendo um Peugeot Partner Van Escapade 1.6 Flex, cinco portas, ano de fabricação 2011, modelo 2011, cor branca. O veículo está com 34.500 km rodados. O valor será o estimado pela tabela Fipe, cerca de R\$ 33.552,00.

Em ofertas iguais, os professores filiados ao Sindicato terão preferência na compra.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (48) 3234-5216.

## Relator da reforma trabalhista apresenta parecer com alterações ao projeto original

O parecer apresentado no dia 12 de abril pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), na comissão especial, concluiu pela aprovação do projeto, com substitutivo, com profundas alterações em relação ao texto original enviado pelo Poder Executivo, em dezembro de 2016.

O substitutivo se traduz num cardápio de maldades contra os trabalhadores, com os seguintes impactos avaliados de forma preliminar:

1) Direito do Trabalho. Possibilita o impedimento do acesso à Justiça na forma do acordo extrajudicial irrevogável e arbitragem das relações de trabalho, dentre outras formas, como o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas;

2) Negociação Coletiva. Estabelece que o acordo e/ou convenção se sobreponha aos direitos garantidos em lei e, ainda, que o acordo prevalecerá sobre a negociação coletiva;

3) Representação Sindical. Retira com-

petências do sindicato, com a representação em local de trabalho e o papel de representação ao estabelecer a livre estipulação das relações trabalhista no caso específico. Além disso, permite acordo individual escrito para definição da jornada de 12/36 horas e banco de horas;

4) Contrato de Trabalho. Cria o trabalho intermitente, regula o teletrabalho e amplia o parcial. Além disso, atualiza a Lei de Terceirização para garantir a terceirização irrestrita da mão de obra.

### Tramitação

Está aberto o prazo de cinco sessões para apresentação de novas emendas ao substitutivo. Essas só poderão ser apresentadas pelos membros da comissão especial.

A apreciação é conclusiva no colegiado, mas a intenção é que a matéria seja levada ao plenário da Câmara, por meio de recurso ou requerimento de urgência.

(Fonte: Diap)

## Servidor tem direito a permanecer no regime de previdência anterior à Funpresp

A Terceira Turma Recursal de Santa Catarina, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e confirmou sentença que acolhe pedido de filiado da Apufsc-Sindical de não aderir compulsoriamente ao Funpresp, ainda que egresso de órgão estadual, permanecendo assim sob o regramento contributivo anterior à Lei nº 12.618/2012.

A ação, ajuizada pela Assessoria Jurídica do Sindicato, discute o direito do professor, empossado na UFSC após quatro de fevereiro de 2013, porém egresso de órgão estadual e sem perda do vínculo com o serviço público, de exercer a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal para não aplicar o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (§§ 14 e 15).

A sentença que reconhece o direito do professor entendeu que “a interpreta-

ção feita pela Administração viola o princípio da isonomia, também previsto na Constituição, pois estaria diferenciando servidores públicos dos diferentes entes federativos”. E concluiu: “se a pessoa já era servidor público anteriormente à instituição da previdência complementar e, posteriormente a tal instituição assumiu cargo público federal, estadual, municipal ou distrital, sem quebra de vínculo com a Administração Pública, deve ter a opção de permanecer no regime previdenciário antigo”.

Com essa decisão, deixa de ser aplicado aos proventos do docente o limite do teto do benefício concedido aos segurados do INSS (atualmente em R\$ 5.531,31), desobrigando-o a aderir ao Funpresp para complementar sua aposentadoria.

A UFSC recorreu da decisão da Turma Recursal e a ação aguarda julgamento no STF.

## Sindicato ingressa com agravo no STF pelo reconhecimento da URP

Com relação à luta pelo reconhecimento da URP/89, encerrada a fase de julgamentos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Apufsc ingressou no dia 19 de abril, com um agravo no Supremo Tribunal Federal (STF), já que seu recurso extraordinário teve seguimento negado.

O despacho denegatório não acolheu o caráter de repercussão geral do extraordinário, que se apoia, entretanto, em dois precedentes no próprio STF.

Aguarda-se para os próximos meses uma decisão a respeito.

### Aposentados e pensionistas devem fazer recadastramento para receber proventos

Os servidores públicos aposentados, os pensionistas e os anistiados políticos que recebem os proventos pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) precisam fazer o recadastramento em qualquer agência da instituição bancária onde é depositado o benefício. O recadastramento, obrigatório e anual, precisa ser feito sempre no mês do aniversário.

O modelo do recadastramento permanece o mesmo. O servidor aposentado, o pensionista ou o anistiado político deve comparecer pessoalmente ao banco no mês do seu aniversário, portando documento oficial de identificação, com foto, e CPF.

Quem estiver impossibilitado de comparecer a uma agência bancária deve entrar em contato com a unidade de recursos humanos à qual está vinculado, no caso a UFSC, para receber orientações de como realizar a prova de vida.

Depois de vencido o prazo, quem não fizer o recadastramento deve procurar a unidade de Recursos Humanos UFSC. Após esse processo, os seus vencimentos serão normalizados na próxima folha de pagamento.

O objetivo do recadastramento é garantir o correto pagamento do benefício.

## Andes e Proifes apresentam as pautas de reivindicações ao Governo Federal

**A**s duas entidades que representam nacionalmente os professores das Instituições Federais de Ensino Superior, Andes e Proifes, apresentaram suas pautas de reivindicações ao Ministério da Educação (MEC). As reuniões, separadas, aconteceram em fevereiro deste ano. Até o momento o governo não se manifestou sobre os pleitos.

A pauta de negociação apresentada pelo Proifes foi dividida em quatro pontos: Cumprimento dos pontos pendentes do Acordo 19/2015, que se transformou na Lei 13.325/2016, firmado pela Entidade com o Governo Federal em dois de dezembro de 2015; proposta de reajuste salarial para a negociação de 2017, a vigorar em janeiro de 2018; continuidade do processo de reestruturação das Carreiras do MS e do EBTT; outras demandas.

No documento, o Proifes destaca que “A Federação, após assinar com o Governo Federal acordos em 2007, 2008, 2011, 2012 e 2015, este último ainda em vigor (Acordo 19/2015 de dois de dezembro de 2015), espera que o atual governo mantenha uma prática de diálogo com os docentes, e que abra imediatamente mesa de negociação para dar conta da pauta e que se possa chegar a bom termo

neste processo, de sorte que o produto deste processo negocial possa ser incluído no Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018.”

A pauta protocolada pelo Andes aborda sete eixos de reivindicações dos docentes federais: Universidade pública e o trabalho docente; autonomia e financiamento; democratização das instituições; condições de trabalho; reestruturação da carreira; política salarial; e proposta salarial.

“A conjuntura que vivemos, com a agudização do ajuste fiscal e, sobretudo, com as contrarreformas da Previdência e Trabalhista em curso, nos indica que é preciso uma luta articulada e simultânea com o conjunto dos servidores públicos federais e movimentos sociais, estudantis, entre outros. Se aprovados, os projetos trarão mais precarização aos servidores e serviços públicos. Ao mesmo tempo, não podemos abrir mão da nossa pauta específica que é, entre outras lutas, a defesa de uma universidade pública e gratuita, autônoma, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada”, afirma Francisco Jacob Paiva, 1º secretário e um dos coordenadores do Setor das Instituições Federais de Ensino do Andes-SN.

A íntegra dos dois documentos está disponível no site da Apufsc.

### JURÍDICO

## Servidora recém ingressa na Universidade tem direito à prorrogação de licença à gestante

A Assessoria Jurídica da Apufsc-Sindical obteve vitória em mandado de segurança para garantir a prorrogação de licença à gestante pedida por servidora que ingressou no quadro de docentes da UFSC após o prazo previsto no Decreto n. 6.690/2008.

O Decreto n. 6.690/2008 estende para as servidoras públicas federais o benefício criado pela Lei n. 11.770/2008 da prorrogação da licença à gestante pelo prazo de 60 (sessenta) dias, desde que requerida até o final do primeiro mês após o parto.

A UFSC negou o pedido formulado pela docente, sob o argumento que o mes-

mo não foi feito no prazo legal, ignorando, contudo, que seu ingresso na carreira ocorreu após o primeiro mês do nascimento da criança.

Segundo o Juiz Osni Cardoso Filho, da 3ª Vara Federal de Florianópolis, que concedeu a segurança, “o fato de a impetrante haver ingressado no serviço público depois de decorrido o prazo estipulado no decreto para o requerimento da prorrogação não pode obstar de desfrutar por mais 60 (sessenta) dias a licença em que se encontra”.

A decisão é definitiva e não cabem mais recursos por parte da UFSC.

### Proposta de reajuste salarial defendida pelo Proifes:

1. Reajuste salarial que reponha a inflação havida desde março de 2015, descontados os reajustes de 5,5% e 5,0%, respectivamente concedidos em agosto de 2016 e janeiro de 2017, conforme previstos no Acordo 19/2015, a vigorar em janeiro de 2018.

2. Valorização salarial adicional de 5% para os docentes em regime de Dedicção Exclusiva.

3. Reposição da inflação de 2018, em reajuste a vigorar em janeiro de 2019, ano que se encerra a reestruturação das Carreiras do MS e do EBTT, conforme Lei 13.325/2016.

### Proposta de reajuste salarial defendida pelo Andes:

1. Incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;

2. Piso remuneratório no valor de R\$ 3.811,29, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2017, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;

3. Interstício de 5% entre os níveis da carreira;

4. Remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;

5. Paridade e integralidade para os aposentados;

6. Reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Classificação	Descrição	31/12/2016	31/12/2015
1	ATIVO	10.506.187,83d	9.853.906,13d
1.1	ATIVO CIRCULANTE	7.419.310,33d	6.952.339,88d
1.1.1	DISPONIBILIDADES	6.677.327,24d	5.882.432,73d
1.1.1.1	NUMERÁRIOS	6.677.327,24d	5.882.432,73d
1.1.2	CREDITOS	741.983,09d	1.069.907,15d
1.1.2.1	DIREITOS A REALIZAR	741.983,09d	1.069.907,15d
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.086.877,50d	2.901.566,25d
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	366.084,51d	0,00
1.2.1.1	CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	366.084,51d	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS	0,00	1.409,36d
1.2.2.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES	0,00	1.409,36d
1.2.3	IMOBILIZADO	2.704.010,97d	2.899.256,89d
1.2.3.1	BENS IMÓVEIS	2.180.215,24d	2.287.751,20d
1.2.3.2	BENS MÓVEIS	523.795,73d	611.505,69d
1.2.4	INTANGÍVEL	16.782,02d	900,00d
1.2.4.1	INTANGÍVEL	48.875,47d	900,00d
1.2.4.2	AMORTIZAÇÕES	32.093,45c	0,00
2	PASSIVO	10.506.187,83c	9.853.906,13c
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	601.486,90c	539.541,11c
2.1.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	601.486,90c	539.541,11c
2.1.1.1	OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	491.937,22c	445.705,96c
2.1.1.2	OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	109.549,68c	93.835,15c
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	1.301.508,40c
2.2.1	TRIBUTOS EM ESTUDO	0,00	1.301.508,40c
2.2.2.1	OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00	1.301.508,40c
2.4	PATRIMONIO SOCIAL	9.904.700,93c	8.012.856,62c
2.4.2	RESERVAS	1.301.508,40c	0,00
2.4.2.1	RESERVAS DE LUCROS	1.301.508,40c	0,00
2.4.3	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	8.603.192,53c	8.012.856,62c
2.4.3.1	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	8.603.192,53c	8.012.856,62c
4	SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	588.060,41c	498.747,99c
4.1	RESULTADO OPERACIONAL	552.733,52c	476.894,58c
4.1.1	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.490.899,22c	2.302.318,90c
4.1.1.1	RECEITA BRUTA	2.490.899,22c	2.302.318,90c
4.1.2	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	782.962,75c	648.833,59c
4.1.2.1	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	782.962,75c	648.833,59c
4.1.3	DESPESAS OPERACIONAIS	2.700.697,76d	2.459.215,72d
4.1.3.1	DESPESAS OPERACIONAIS	2.700.697,76d	2.459.215,72d
4.1.4	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	20.430,69d	15.042,19d
4.1.4.1	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	20.430,69d	15.042,19d
4.3	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	35.326,89c	21.853,41c
4.3.1	RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	35.326,89c	21.853,41c
4.3.1.1	RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	35.326,89c	21.853,41c

WILSON ERBS  
Presidente

LEONARDO ROSA DE MENEZES  
Reg. no CRC - SC sob o N° SC029871/O-1

**Aprovado Conselho  
Fiscal  
Gestão 2015/2017**



Publicação mensal do Sindicato dos Professores  
das Universidades Federais de Santa Catarina  
(Apufsc-Sindical)

#### ENTRE EM CONTATO

Endereço: Sede da Apufsc, Campus  
Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC  
(48) 3234-5216 | 3234-3187  
www.apufsc.org.br  
imprensa@apufsc.org.br

#### DIRETORIA GESTÃO 2016/2018

<b>Presidente</b> Wilson Erbs	<b>Diretor Financeiro Adjunto</b> Bernardo Walmott Borges
<b>Vice-Presidente</b> Valmir José Oleias	<b>Diretor de Divulgação e Imprensa</b> Hélio Ademar Schuch
<b>Secretário Geral</b> Jovelino Falqueto	<b>Diretora de Promoções Sociais, Culturais e Científicas</b> Maria Emília de Oliveira
<b>1ª secretária</b> Patricia Della Méa Plentz	<b>Diretor de Assuntos de Aposentadoria</b> Nelson da Silva Aguiar
<b>Diretor Financeiro</b> Flávio da Cruz	

#### PRODUÇÃO

**Jornalista Responsável**  
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

**Projeto Gráfico**  
Cristiane Cardoso (SC-634 JP)

**Editoração Eletrônica**  
Bianca Enomura

**Impressão** Gráfica Rio Sul  
**Tiragem** 4.000 exemplares  
**Distribuição gratuita e dirigida**

#### COMISSÃO EDITORIAL

**Presidente**  
Hélio Ademar Schuch

Daisi Irmgard Vogel  
Edinice Mei Silva  
Matheus Felipe de Castro

O conteúdo dos  
artigos assinados é de  
responsabilidade dos autores